

## **Eletrobras contrata o BTG sem licitação pela segunda vez nos últimos anos: lutaremos incessantemente contra esse “banquete de amigos”.**

No último dia 11, a ministra Rosa Weber pediu a PGR para se manifestar sobre a conversa “não republicana” entre o sócio da BTG Pactual e o presidente do Banco Central. Um banqueiro e o presidente do Banco Central trocando figurinhas, impressões e percepções, fora da institucionalidade necessária.

Curiosamente, cerca de quinze dias antes, a Eletrobras, através da sua Diretora Financeira, Elvira Cavalcanti Presta, solta um fato relevante ([veja aqui o Anexo A - Fato Relevante 28.10.21 Sindicato Bancos](#)), em que diz que a Eletrobras pré-selecionou os coordenadores líderes do Sindicato dos Bancos que ficará responsável pela estruturação da operação de follow on (“Oferta”) da Eletrobras, nos termos da polêmica lei de privatização da Eletrobras Lei 14.182/2021 (Diga-se de passagem, a aprovação da privatização da Eletrobras contou com liberação de verbas associadas ao orçamento secreto e bilhões de reais em jabutis!).

Neste comunicado, **Elvira informa que os coordenadores líderes são: Bank of America, BTG Pactual, Goldman Sachs, Itaú BBA e XP Investimentos.** Todos estes coordenadores foram contratados sem licitação, por inexigibilidade, o que subsidiará uma denúncia da Associação de Empregados da Eletrobras ao TCU, PGR, STF, Presidência do Senado, Presidência da Câmara dos Deputados, deputados e senadores. Não há justificativa para este “**banquete de amigos**”, uma vez que existem dezenas de outros bancos com experiência em operações estruturadas desta natureza.

Não foi novidade para os empregados **uma segunda contratação do BTG Pactual sem licitação pela Eletrobras nos últimos anos**, o que indica a força do banco com o antigo presidente e com o atual presidente da Eletrobras, as atuais diretoras financeira e de conformidade. O BTG tem relações históricas umbilicais com o Ministro da Economia, o que deveria ensejar a prudência necessária para que não fosse contratado por um atalho.

Na gestão de Elvira Presta, em 2021, o BTG foi contratado sem licitação com total apoio da área de Conformidade da companhia.

Em 2017, no site da Eletrobras, podemos conferir um curto extrato dos contratos assinados com terceiros. **Temos então o extrato do contrato ECE 1224/2017 na gestão do presidente Wilson Pinto Junior, em que o BTG Pactual foi contratado por inexigibilidade (sem concorrência) para prestar serviços de consultoria especializada, no período de 26/05/2017 a 26/07/2018.** Os empregados da Eletrobras associam a contratação, a estruturação e valuation para alienação de dezenas de ativos de geração e transmissão de energia elétrica na modalidade “Sociedade de Propósito Específico – SPE”. O extrato do contrato pode ser conferido [aqui](#) e [aqui](#).

O contrato foi negociado pela Eletrobras e assinado no dia 26/05/2017 pelo presidente Wilson Ferreira Junior. Na época, o Conselho de Administração da Eletrobras era presidido por Elena Landau ([veja aqui o Anexo C – Ata de Nomeação Elena no Conselho Eletrobras](#)) e o Conselho de Administração do BTG

presidido por Pécio Arida, seu ex-marido, que, coincidentemente, anunciou a saída do BTG no mesmo dia ([veja aqui o Anexo D – Comunicado BTG da saída de Pécio Arida da presidência do CA](#)).

A simples presença de ex-marido e ex-mulher nos conselhos das duas partes signatárias do contrato, por si só, deveria ensejar um exame de conflito de interesses, potencializado pelo fato de ser inexigibilidade, o que nem deu a chance de outros concorrentes participarem do processo, mesmo havendo no Brasil centenas de consultorias especializadas em finanças corporativas.

É digno de nota que no governo Temer, Fernando Filho (deputado federal, filho do senador Fernando Bezerra, líder do governo Bolsonaro) foi nomeado Ministro de Minas e Energia (numa nomeação que envolveu Eduardo Cunha, como ele mesmo descreve no seu livro), Pedro Parente na Petrobras (com vínculo histórico com PSDB e criador da Política de Preços da Petrobras que propiciou a inflação galopante do combustível, do gás de cozinha e dos índices de preços) e Wilson Ferreira Junior (Presidente) e Elena Landau (Conselho de Administração) na Eletrobras, ambos com vínculos históricos com governos do PSDB.

Wilson, em teleconferência de despedida da Eletrobras, falou demais, escorregou nas palavras e abriu o jogo que o currículo da Elvira Presta chegou a ele pelas mãos de Elena Landau (é só ver o vídeo que a afirmação está lá).

Voltando a contratação do BTG em 2017, o banco ajudou na modelagem de venda das SPEs, cuja intenção de venda foi anunciada no Comunicado ao Mercado do dia 21.07.2017 ([veja aqui o Anexo E: Comunicado ao Mercado de futura alienação de SPEs](#)). Uma semana após o anúncio, Elena Landau pede para deixar o Conselho de Administração da Eletrobras ([veja aqui o Anexo F, Renúncia Elena Landau no Conselho da Eletrobras](#)).

A consultoria do BTG para auxiliar na modelagem da venda das SPEs foi até setembro de 2018, em agosto de 2018 foi aprovado o leilão, e, em setembro de 2018 ([veja aqui o Anexo G – Fato Relevante](#)), foi realizado o leilão destes ativos, conforme noticiado pela Eletrobras ([veja aqui o Anexo H - Comunicado ao Mercado: Leilão SPEs](#)).

Na mensagem do então presidente Wilson Ferreira Junior, no Relatório de Administração de 2018, a companhia informa que a alienação de participação em 26 SPEs gerou mais de R\$ 1,3 bilhão para a Eletrobras ([veja aqui o Anexo I – Relatório de Administração de 2018](#)). Em 2020, mais R\$ 618 milhões em participações em parques eólicos foram alienados pela Eletrobras (Santa Vitória, Hermenegildo e Chuí), R\$ 232 milhões na SPE Manaus Transmissora e R\$ 33 milhões na SPE Eólica Mangue Seco, o que fez com que as alienações totais ultrapassassem R\$ 2,2 bilhões ([veja aqui o Anexo J - Relatório de Administração de 2020](#)).

O conflito de interesses do BTG na assessoria financeira para alienação de ativos da Eletrobras é enorme, uma vez que a BTG é controlador da ENEVA, uma empresa gigante de geração térmica no Brasil, conforme pode ser observado no site da empresa. A mesma ENEVA que estava negociando a compra do Polo de Urucu com a Petrobras, em Coari, Manaus, mais uma venda de um ativo estratégico da Petrobras, como tem ocorrido de forma sistemática e agressiva desde o governo Temer com nítida aceleração durante a gestão da dupla Guedes e Bolsonaro.

Entre orçamento secreto para aprovar privatizações nas Casas Legislativas com o aval do Ministério da Economia, paraísos fiscais do ministro da Economia (ex- BTG) e do presidente do Bacen (os mesmos com

poder de influenciar na cotação do dólar e nas regras aplicáveis a operações financeiras), contratações por inexigibilidade do BTG, ganhos do BTG com desinvestimentos da Petrobras, ganhos com a compra da carteira de crédito do Banco do Brasil a preços convidativos, ganhos com a privatização da CEDAE, acesso a *insider information* nos desinvestimentos de SPEs da Eletrobras (mesmo sendo controladora da Eneva, concorrente da Eletrobras no setor elétrico) e, por fim, a recente contratação do BTG em um consórcio de bancos sem licitação, fica mais esta denúncia para apreciação do TCU, das Comissões Temáticas do Congresso, do STF e das demais esferas.

Na última sexta feira, 19/11, a Eletrobras referendou a contratação do BTG sem licitação ([veja aqui o Anexo K – Fato Relevante 19.11.21](#)). Pediremos ao TCU que se manifeste sobre este processo.

Enquanto bilionários ficam cada vez mais bilionários por suas relações ambíguas e predatórias com o Estado Brasileiro, a população sofre com o desemprego, a estagflação, os preços exorbitantes do gás de cozinha, energia elétrica, gasolina, itens da cesta básica, a estacionaridade da infraestrutura brasileira, a complacência das agências reguladoras (caso da ANEEL em relação à omissão do aumento de tarifas com a privatização da Eletrobras, como denunciado pela Carta Capital), reformas trabalhistas e previdenciárias que solapam direitos e comprometem o orçamento familiar, além de potencializar a desigualdade e o aumento da pobreza e da fome.

A AEEL segue na luta contra o rentismo, o capitalismo de rapina, a expropriação do povo brasileiro, as reformas predatórias e o aniquilamento da democracia.

**Queremos que qualquer processo envolvendo a Eletrobras, no mínimo, envolva licitação e que a atual Diretora Financeira e Diretora de Conformidade sejam impedidas de dar o seu aval pessoal às contratações que burlam a razoabilidade e a legalidade de práticas mínimas de uma empresa de economia mista controlada pela União listada na bolsa de São Paulo, NY e Madrid.**

**Compartilhe esse informe com os colegas!**

**Juntos somos sempre mais fortes!**

**ASSOCIE-SE A AEEL ([clique aqui](#)) OU AO SINDICATO DE CLASSE ([links nas logos abaixo](#)).**

**A Diretoria, em 24 de novembro de 2021.**

**Associação dos Empregados da Eletrobras – AEEL**

